

Angola com “Lista Vermelha” de 150 espécies ameaçadas ou extintas

3 de Agosto, 2018

Cerca de 150 espécies integram a “Lista Vermelha” de Angola, entre extintas, ameaçadas de extinção, vulneráveis e invasoras, segundo documento divulgado em Luanda.

De acordo com a Lusa, a “Lista Vermelha” de Angola, elaborada pelas autoridades angolanas de acordo com a Convenção Internacional sobre o Comércio da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), integra répteis, peixes, mamíferos e plantas nesta condição.

Segundo a lista, Angola tem 30 espécies ameaçadas de extinção, três espécies extintas, essencialmente devido aos efeitos da caça furtiva, e ainda 100 espécies vulneráveis e 18 espécies invasoras.

“Este evento demonstra um marco importante da conservação da biodiversidade em Angola. Após vários anos de recolha de informações, técnica ou científica, o executivo angolano tem a sustentabilidade ambiental de Angola como uma meta a atingir nos próximos anos”, disse a ministra do Ambiente de Angola, Paula Coelho, na cerimónia de apresentação do documento.

“O lançamento da ‘Lista Vermelha’ não nos satisfaz. Muito pelo contrário, pois apresenta o risco e vulnerabilidade que temos nas nossas espécies e os ecossistemas mais degradados, pois é habitat fundamental para a perpetuação delas”, sublinhou.

Paula Coelho disse também que a elaboração da “Lista Vermelha” das espécies angolanas constitui um dos mecanismos para constatar a situação atual da “vasta e rica biodiversidade” em Angola, o que permitirá tomar medidas adequadas para inverter a situação de declínio.

Para a efetivação das medidas destinadas a inverter a situação das espécies cuja sobrevivência está ameaçada, devido sobretudo à caça furtiva, a ministra do Ambiente angolana pediu o concurso de académicos e demais atores da sociedade civil para a “mudança do atual quadro”.

“Queremos, mais uma vez, pedir o apoio da sociedade académica e civil para que possamos ter menos espécies ameaçadas de extinção. Com o lançamento desta lista projeta-se também o desafio de toda a sociedade no sentido de considerarmos as nossas atuações, que estão a pôr em causa a existência das espécies da flora e da fauna”, exortou.

Acrescentou que, com a publicação do documento em Diário da República, a “Lista Vermelha de Angola” torna-se um instrumento legal do que exprime a posição do Governo em relação ao estatuto das espécies.

“Apelamos ao consenso para que haja, no futuro breve, uma Lei sobre a

Genética. Apelamos também ao Instituto Nacional de Conservação da Natureza para nos apoiar nas categorias que devemos dar continuidade à medida que formos proclamando as nossas áreas de conservação”, rematou.

A relevância da “Lista Vermelha” foi igualmente assinalada pela diretora do Centro de Botânica da Universidade Agostinho Neto (UAN), Esperança Costa.

“É fundamental, porque é o alerta à conservação da biodiversidade no nosso país, o alerta para uma melhor gestão de determinadas espécies que constam da lista e constitui uma ferramenta fundamental sobre a gestão do ecossistema onde essas espécies se encontram”, disse.

Para a investigadora da UAN, instituição que é considerada como a maior universidade de Angola, a caça furtiva e outras práticas menos amigas do ambiente e que pouco concorrem para a sustentabilidade ambiental “devem ser desencorajadas e punidas por lei”